

A Problemática da Memória na cultura contemporânea: uma síntese histórica¹

José Raimundo Noras²

Resumo:

Neste ensaio problematizamos o papel da memória nas sociedades modernas. Apresentamos uma síntese histórica dos estudos científicos sobre o funcionamento da memória humana nos séculos XIX e XX. Pretendemos centrar o debate na noção de “memória declarativa” ou de memória de longo prazo. Com base nas actuais descobertas neurológicas, questionamos as relações epistémicas entre memória, história e verdade, equacionando uma hipotética

¹ Este artigo resultou primeiramente da investigação no âmbito seminário final de licenciatura em história: *O crepúsculo da memória na sociedade de informação: que limites éticos para os discursos memorativos?*, com orientação do professor doutor Rui Cunha Martins (FLUC). Mais recentemente, no âmbito do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PUDHist), no contexto do seminário metodológico, com orientação da professora doutora Fátima Reis e do professor doutor Rui Ramos, o texto foi atualizado, sintetizado e reformulado conduzindo a esta versão final.

² Licenciado em História; Mestre em História da Arte, Património e Turismo Cultural; Doutorando em História (Instituições e Desenvolvimento Económico). Investigador integrado não doutorado Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa), doutorando no Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist), investigador do CIJVS e colaborador do CITCEM. É autor do livro *Fotobiografia de José Relvas (1858-1929)*. Com ensaio *O Crepúsculo da Memória na Sociedade de Informação* obteve uma menção honrosa no V Encontro Nacional de Estudantes de História (Porto, 2010).

dimensão colectiva da memória. Analisamos ainda a utilização da memória pelos discursos do poder, propondo uma leitura crítica das teses de Tzvetan Todorov.

Palavras-chave: Memória; História; Verdade; Identidade; Esquecimento.

Abstract

This is an essay about the role of memory in modern day societies. We bring forward a historical analysis about the scientific study of human memory during the nineteenth and twentieth centuries. It is intended to center the debate within the concept of “declarative memory” or long term memory. Then, having stated the most recent neurological findings in this field, we debate the epistemic relation between memory, history and truth, questioning the hypothetical collective dimension of human memory. Finally is discussed the use of memory by the “speeches of power”, based on a critical reading of the arguments expressed by Tzvetan Todorov.

Keywords: Memory; History; Truth; Identity; Forgetfulness.

«Tinha aprendido sem esforço inglês, francês, português, e latim. Suspeito, no entanto, de que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia se não pormenores, quase imediatos.»

Jorge Luís Borges³

1. Para uma história da Memória

Existem, na sociedade hodierna, duas atitudes antagónicas para com a Memória e para com o Esquecimento: uma idolatra-a e para ela transfere a responsabilidades das acções humanas; a outra tende a esboroar a necessidade de memória, como se o Homem fosse por natureza um ser amnésico. Ora, se somos esse ser amnésico temos necessidade, “fome de memória”, porque ela é um dos elementos que definem a nossa identidade.

Não somos, nem supomos que venhamos a ser, qual “Funes” de Borges, dotados de memória prodigiosa. Essa perturbante personagem literária permite-nos descrever à partida um limite da memória humana: o limite fisiológico. Ao contrário do que se possa pensar tal limite, ou melhor, tais limites não são fáceis de estabelecer e dentro da própria psicologia, da neurobiologia ou das ciências afins e geram, ainda hoje, grande polémica.⁴ Pretendemos, não uma análise técnica e profunda dessa questão, mas antes uma reflexão geral e coerente sobre o actual estado da “problemática da memória” no campo das ciências psíquicas. Entrámos assim no que optámos por

³ Jorge Luís Borges, “Funes ou a Memória”, em *Ficções*, trad. José Colaço Barreiros (a partir de *Ficciones*), Lisboa, Abril Controljornal/Edipress, col. “Biblioteca Visão”, n.º 13, 2000, p. 20.

⁴ Vejam-se as pesquisas de A. R Luria, *O Caso do Homem que Memorizava Tudo — um pequeno livro sobre uma grande memória*, trad. de João Vilhena (a partir de *The Mind of a Mnemonist*, 1968), Lisboa, Relógio de Água Editores, col. “Relatos Clínicos”, n.º 2, 2003.

chamar de “Problemática da Memória”, faremos uma breve análise dos processos memorativos e do actual estado busca neurológica dos limites da memória.

Neste âmbito propomo-nos revistar as simbióticas relações entre a Memória e a História. Colocando *a priori* uma nova questão, deverá o historiador impor uma perspectiva ética na construção do seu discurso? Que valores morais limitam a acção historiográfica, enquanto discurso memorativo? Por outro lado, se sem Memória não há possibilidade de História, o inverso já não fará sentido, dado que as memórias humanas não são necessariamente História. As memórias serão, talvez, “história em potência”, na medida da sua referenciabilidade e veracidade.

Outro aspecto essencial, desta nossa abordagem da “Problemática da Memória”, será a sua presença desconcertante nos discursos do poder. Seja dos poderes de hoje, dos poderes de ontem ou dos poderes de amanhã. Todo o discurso totalitário, por exemplo, teve e tem essa veleidade de abusar da memória, de controlá-la, de redefini-la a seu belo prazer. Todavia, que respostas nos trazem os “discursos de poder” das nossas democracias? Que passados pretendem exumar? Não se apropriam estes regimes da memória tal como outrora os déspotas que forjaram passados para a sua glória pessoal? Estamos de novo perante as duas atitudes, já referidas, para com a memória. Este papel dual desta terá que ser resolvido, sobretudo pelos “discursos de poder”, sob pena de cairmos em novos totalitarismos que chocam “o ovo da serpente”, não no abuso da memória, mas na “amnésia social”.

Não procuramos respostas finais, nem “pedras filosofais”, mas novas questões, na linha do que temos por paradigma epistémico. Identificámos os problemas e contamos, a partir de agora, conduzir a nossa linha de pensamento a bom porto.

2. A Problemática da Memória

« Relembrar não é a reexcitação de inúmeros traços fragmentados inertes e fixos. É uma reconstrução imaginativa criada a partir da relação da nossa atitude para com toda uma massa activa de reacções ou experiências passadas organizadas»

Frederic C. Bartlett⁵

O simples acto de recordar tem, à partida, mais implicações para a vida do que poderíamos supor. De facto, o conhecimento do passado é vital para que os organismos vivos sobrevivam e evoluam ao longo do tempo. Do ponto de vista biológico, a memória é uma capacidade vital para qualquer ser vivo. Neste caso, poderemos falar de apreender com o passado relembrado para prever e prover o futuro, não numa ânsia de o controlar mas de lhe sobreviver. Todo o tipo de memórias que qualquer ser vivo possui, desde do início dos tempos, tem servido como capacidade natural de adaptação ao meio e como forma de assegurar a sobrevivência⁶.

Por outro lado, quando falamos da memória humana, outra consideração a ser tida em conta, será a de que, desde a aurora do pensamento filosófico, esta foi definida como base do conhecimento. Platão (através de Sócrates) define todo o conhecimento como reminiscência (ou anamnese) de uma verdade última anterior à vida presente⁷. Portanto, aspecto essencial à vida, elemento basilar na constituição da identidade e para muitos, base epistémica de todo o

⁵ Citado por Eric Kandel e Larry Squire, *Memória: da mente às moléculas*, trad. Digitrad (a partir de *Memory, from mind to molecules*), Porto, Porto Editora, col. "Biblioteca científica", 2002., p. 14.

⁶ Daniel Dennet e Crish Westbury, "Mining the past to consctrut the future", em "*Memory, Brain and Belief*", Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 2000, pp. 11 a 32. pp. 11 a 32

⁷ Idem, *ibidem*.

saber, a memória sempre constituiu problema filosófico de suma importância. Contudo, só ultrapassando os métodos da filosofia e chamando para o debate ciências experimentais como a psicologia, a neurologia ou a própria biologia, se conseguiu chegar a conclusões consensuais sobre o funcionamento da memória humana.

Como nos lembramos? Porque duram umas memórias mais do que outras? Onde no cérebro humano se localiza a memória? Será possível memória sem esquecimento? Será toda a memória real? Ou será, por definição, ficção dos próprios sujeitos cognoscentes? Têm sido estas as questões principais das ciências que estudam a memória desse ponto de vista fisiológico. Para muitas delas, o espírito arguto de génios desvendou, nos interstícios da mente humana, as respostas. Porém, outras questões permanecem em aberto, como muitos dos mistérios do cérebro humano. Pretendemos, trazer ao leitor uma síntese bibliográfica centrada na evolução histórica do estudo biológico da memória e, a partir daí, abordar as relações problemáticas entre memória, verdade e história, à luz de tais recentes descobertas da neurologia.

2.1 Síntese histórica do estudo fisiológico da Memória

Quando a psicologia dava os seus primeiros passos como ciência autónoma da especulação filosófica, o estudo da memória foi um dos vectores essenciais da acção dos seus pioneiros. Foi o psicólogo experimentalista H. Ebbinghaus que, ainda durante a década de 80 do século XIX, através de experiências nas quais ele próprio serviu de cobaia, descobriu dois princípios chave acerca do funcionamento da memória. O primeiro distinguia entre dois tipos de uma memória: uma “memória a curto prazo” e outra “memória de

longa duração”. O segundo princípio postulava que a “prática conduz à perfeição”. Ou seja, quantas mais tentativas de memorização de um determinado facto, objecto mais longa e mais perene será a memória dos mesmos. Estas investigações antecipam as conclusões do filósofo americano William James. James, considerando a “memória a curto prazo” como uma extensão do imediato, ainda ligada, de um ponto de vista ontológico, ao presente. Só a “memória de longa duração” teria uma relação ôntica com o passado.⁸ No final do século XIX, o psiquiatra russo Korsakoff iniciou um novo método do estudo da memória, analisando as disfunções da memória humana com o intuito de alcançar a compreensão dos seus mecanismos de funcionamento.⁹

Entretanto as experiências do psicólogo americano Eric Thordike e de um outro russo, o fisiólogo Ivan Pavlov, iriam conduzir a uma “revolução epistémica” no campo da psicologia. Muito centrada nas teorias do “condicionamento clássico” e do “condicionamento operante”, surgiu a “escola behaviorista” (ou “comportamentalista”), teorizada por John Watson. Este movimento centrava o objecto epistémico da psicologia apenas nas acções e nos comportamentos observáveis. Claro, desta óptica, a memória é em si mesma uma “realidade ininteligível”, se apenas existente desse ponto de vista comportamental, que se pretendia o único mensurável e passível de experiências laboratoriais. No fundo, o “behaviorismo” foi, no estudo da memória, expressão de um cientismo atroz, ignorando a humanidade dos objectos de estudo e, também, todos os processos mentais na base da construção de memórias, acabou por ignorar o “construir da identidade” humana. Reacção antagónica ao paradigma

⁸ Eric Kandel e Larry Squire, *Memória: da mente às moléculas* p. 12.

⁹ Este método, centrado nas conclusões do estudo das disfunções memorativas ainda corrente nos estudos neurológicos sobre a memória, e não só, como por exemplo nas recentes investigações de Aleksandr Luria, de António Damásio ou de Daniel Schacter.

comportamental surgiu com a escola do psicólogo britânico F. Bartlett. Conhecida como “psicologia cognitiva”, a doutrina de Bartlett contestou a linear relação de causa efeito entre estímulos e comportamentos e centrou os seus estudos no impacto do meio ambiente, do estado de espírito e de outros agentes nas acções humanas, particularmente no processo de construção de memória. “A memória é recriação”, defende Bartlett e, raramente, fiel relato de factos passados. Para esse autor a criatividade é parte do processo memorativo.¹⁰ Agora, colocavam-se em causa, de um ponto de vista científico, a veracidade e a referenciabilidade da memória humana.

De facto, a “componente criativa” da memória humana implica por definição inverdade. Ainda que não seja uma consciente alteração dos factos, tratar-se-á uma deturpação destes, inerente ao processo memorativo. Por outro lado, do ponto de vista da construção da identidade, terá essa valência imaginativa uma propensão para a criação de arquétipo ideal de “nós próprios”, perdido nas brumas ontológicas do passado?

Independentemente, dos processos biológicos que actuam dentro dos nossos cérebros, ou da capacidade quase ilimitada de memória que possamos ter, a anamnese será sempre um processo com elevado grau de subjectividade.¹¹ Daí, a “necessidade de esquecimento” como escape de um hipotético todo social que deificasse a memória e por consequência implicasse, do ponto de vista gnosiológico, um generalizado solipsismo.

Ainda nos anos 60, surgiram importantes contributos para estudo da memória, vindos do campo da biologia. Descobertas chave

¹⁰ Eric Kandel e Larry Squire, ob cit, pp. 12 a 14.

¹¹ Veja-se A. R. Luira, *O Caso do Homem que Memorizava Tudo — um pequeno livro sobre uma grande memória*, pp. 39 a 40.

como: as leis Mendel, a resolução da estrutura do ADN ou o identificar do ARN; associadas a avanços técnicos, como os exames de ressonância magnética, permitiram “passos de gigante” na investigação sobre a memória humana. As novas técnicas contribuíram para o comprovar definitivo da “doutrina do neurónio”, do fisiólogo espanhol Ramón y Cajal. Segundo essa tese, o cérebro é constituído por neurónios, células que constituem “sinalizadores elementares” e desenvolvem entre si relações simbióticas, conhecidas como “sinapses”. As sinapses serão, posteriormente, identificadas como a base elementar dos processos memorativos a nível biológico. Os postulados de Ramón y Cajal deitavam por terra a busca da “localização da memória” no interior da geografia encefálica e corroboravam as teses de Hebb¹². Este defendia que a memória não dependia de uma, mas sim de várias regiões do cérebro. Contudo, as investigações de Penfield e, posteriormente, de Brenda Miller contribuíram para a identificação definitiva do lobo temporal como região cerebral essencial na construção de memórias. Por outro lado, verificou-se que, mesmo nas mais graves lesões do lobo temporal, apesar de uma destruição assustadora da memória, um nível elementar desta permanece e é susceptível de ser, inconscientemente, recuperado.¹³ Deste modo renovou-se e consolidou-se a velha distinção entre “memória a curto prazo” e “memória a longo prazo”. Porém, agora, não era apenas este nível de duração temporal que as distinguia, mas o próprio processo memorativo e a consciência deste.

A memória imediata não depende da vontade do sujeito é evocada, mecanicamente, pelo organismo quando estimulado. A outra memória designada como “declarativa”, apesar da necessária

¹² Seguimos as explicações de Eric Kandel e Larry Squire, ob cit., pp. 16 a 20.

¹³ *Idem, ibidem*, pp. 18 a 22.

componente inconsciente, depende de uma “declaração de vontade” dos indivíduos.¹⁴ Esta dimensão da memória é humana por definição e processo subjectivo que nos define enquanto “eus” individuais e autónomos mas, simuladamente, sedentários e sociais. Será apenas o estudo da chamada “memória declarativa” que nos importa evocar. De facto, a “memória não declarativa” é mecanismo automático, quase reflexo face às necessidades mnésicas do quotidiano, ou como diria William James, “extensão ontológica do presente”. É claro que o seu estudo contribuirá para uma visão de conjunto mais global e mais coerente dos processos de construção da memória no interior do cérebro¹⁵.

2.2. A dimensão voluntária da Memória: a Memória Declarativa

A memória declarativa pode definir-se como memória voluntária dos factos, dos objectos ou dos estados de consciência passados, nas palavras de William James respeita ao “conhecimento de um evento ou facto no qual não pensávamos, com a consciência adicional de que já pensámos nele ou já o experimentamos antes.”¹⁶ Quando recordamos, não evocamos apenas a realidade passada,

¹⁴ Adoptamos as designações de “memória não declarativa” e “memória declarativa” de Eric Kandel e de Larry Squire, em ob. cit., pp. 23, por serem as que em nosso entender demonstram melhor o aspecto voluntário e subjectivo da memória que aqui pretendemos analisar neste texto.

¹⁵ Para mais informações sobre “memória não declarativa” veja-se Eric Kandel e Larry Squire, ob cit., pp. 31 a 76; o interessante artigo de Raphaël Hitier, Florian Petit e Thomas Pret, “Memories of a Fly”, em *Scientific American – Mind*, special edition, New York, vol. 14, n.º 1, New York, 2001, pp. 78 a 85 e também Mário L. Resende, *De que nos lembramos quando nos lembramos? — a fragilidade da memória em psicoterapia*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2000. [Texto Policopiado].

¹⁶ Citado por Eric Kandel e Larry Squire, ob cit., p.78.

temos também consciência disso o que implica uma concepção tridimensional do tempo e o gerar de ideia de *continuum* que lhe é inerente. Será na base dessa ideia que construímos a identidade do que somos¹⁷.

Hoje sabemos que esta “memória declarativa” assenta em processos formais ao nível cerebral descritos por Eric Kandel e Larry Squire, na sua obra de referência *Memória: da Mente às Moléculas*, cujas premissas temos vindo a seguir nesta síntese. Tais processos consistem na “codificação”, no “armazenamento”, na “evocação” e no “esquecimento”, apresentamos um breve síntese de cada um deles, seguido de perto as explicações dos mestres acima citados¹⁸.

A “codificação” passa pela conversão da informação mnésica num código passível de ser, posteriormente, lido pelos mecanismos cerebrais quando nos lembramos. Quanto mais vívida for a memória evocada, mais complexo foi o processo de codificação levado a cabo pelo cérebro. Um aspecto a ter em conta será a dependência deste processo codificador dos interesses particulares dos sujeitos cognoscentes. De facto, duas pessoas poderão do mesmo episódio desenvolver memórias substancialmente díspares¹⁹.

No que diz respeito ao “armazenamento”, toda investigação, como já vimos, concluiu da inexistência de um “espaço físico” específico no córtex cerebral para o “guardar” das nossas memórias. De facto, várias zonas do cérebro são utilizadas nos processos

¹⁷ Veja-se M. Gyau, *La genèse de l'idée de temps*, introd. Alfred Fouillé, Félix Alcan Editeur, 2ª ed., col. “Bibliothèque de Philosophie Contemporaine”, Paris, 1902, pp. 17 a 28; e Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, col. “Opúsculos”, n.º 1, 2001, pp. 20 a 22.

¹⁸ Referimo-nos ao capítulo “Memória Declarativa” em Eric Kandel e Larry Squire, ob cit., pp. 79 a 89, veja-se também a obra Jack A. Adams, *Human memory*, s/l, McGraw-Hill Book, 1967.

¹⁹ Veja-se sobre a “codificação” os processos mentais usados pelo paciente C. em A. R. Luria, ob. cit., pp. 40 a 65.

memorativos. Apesar das relações anteriormente explicitadas entre o lobo temporal, o hipocampo e a memória declarativa, esta não depende exclusivamente dessas regiões cerebrais. Na verdade, as regiões encefálicas que participam no processo inicial de codificação da informação são as mesmas que participarão no acto anamnésico dessa informação. O conjunto de todos estes processos cerebrais é tecnicamente designado por “engrama”. Recordemos o princípio de Ebbinghaus, segundo o qual, em memória, a prática conduz à perfeição. Aplicando-o ao conceito de “engrama”, facilmente se compreenderá a tendência de especialização da memória declarativa. Experiências já realizadas com jogadores de xadrez e de *scrabble* vêm comprovar as tendências de especialização do processo mnésico de armazenamento²⁰.

A “evocação” define-se como o próprio acto anamnésico e tem sido alvo de múltiplas investigações. Este processo torna-se o mais delicado no que toca à integridade da memória original. Na verdade, o ambiente social, o estado de espírito e múltiplas variáveis relacionadas com os sujeitos cognoscentes poderão condicionar, e até deturpar toda a informação salvaguardada nos processos anteriores de “codificação” e de “armazenamento”.

Voltamos a sentir “o espectro frio” da subjectividade inerente à memória humana, mas não só, está ainda em causa o grau de veracidade desta. Até que ponto as memórias são reconstruções fiéis do passado? Ou serão meras construções oníricas colocadas por nós, topicamente, nesse outro tempo que já não é?

As investigações actuais tendem para concluir da importância fundamental do contexto na “evocação”. Quanto ao problema da verdade este permanece em aberto. Adiante o abordaremos de uma

²⁰ Experiências referidas em Eric Kandel e Larry Squire, ob cit., p. 80.

forma mais concreta e na sua relação simbiótica com a construção identitária do “eu”.

Quando falamos de “esquecimento” a sua definição parece óbvia: o esquecimento constitui o enfraquecimento ou o desaparecimento progressivo da memória ao longo do tempo. Porém, durante várias décadas a generalidade dos cientistas acreditava que toda a memória era recuperável e que, molecularmente, não existia perda de informação. Dessa forma, o esquecimento não tinha qualquer correspondência biológica. Este preconceito derivava sobretudo da influência da teoria psicanalítica de Freud. Na verdade, só na década de 90 do século XX, algumas experiências com animais, apontando para a realidade molecular e sináptica de uma efectiva perda de informação, vieram abalar o anterior paradigma.

Esta crença generalizada da comunidade científica remete-nos para a utopia da “memória total”, personificada no paciente C. de Aleksandr Luria²¹. Essa memória prodigiosa capaz de recordar tudo ou quase tudo durante anos e anos com mínimas margens de erro não deixa de nos fascinar. No entanto, apesar de incómodo o esquecimento é o limite necessário da memória. Se fosse impossível esquecer, seria impossível a generalização inerente à conceptualização e o pensamento abstracto seria muito difícil de realizar. Para além disso, a vida quotidiana sofreria profundas alterações. Marc Augé defende inclusive o “dever do esquecimento”, como barreira última contra “os usos” e “os abusos da memória”. O “esquecimento” permite-nos o regresso ontológico ao presente e será nesse acto que se desenha o limite ético dos discursos sobre o passado²².

²¹ Veja-se o estudo já citado de A. R. Luria.

²² Marc Augé, *As formas de Esquecimento*, , trad. Ernesto Sampaio (a partir de *Lés formes de l'oublie*), Almada, Íman Edições, col. “Ístmo – Ensaio”, 2001.pp. 103 a 106; e Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, pp. 22 a 23.

3. Memória e História: breve síntese de “velhos paradigmas” à luz do conceito de verdade

Entendemos que a História produz memória e é, simultaneamente, produto desta. Na realidade, a História postula o conhecimento da verdade do passado humano portanto, a memória só será “historicizável” na medida da sua veracidade ou referenciabilidade ao passado real dos homens. Neste contexto, analisaremos as relações entre memória e história sob o “signo da verdade”, não só na sua vertente conceptual, mas também no seu sentido axiológico.

3.1 A Dimensão Colectiva da Memória

Hoje, vários estudiosos definem três níveis de “memória humana”, entendida de um ponto de vista epistémico. Assim teríamos a “proto-memória”, a “memória propriamente dita”, e a “meta-memória”.²³ Os dois primeiros níveis estão conceptualmente ligados às noções biológicas de “memória não declarativa” e de “memória declarativa”, correspondendo a processos mnésicos nos cérebros humanos.

A chamada “meta-memória” será uma expressão clara da “dimensão colectiva da memória”. Poderemos defender a sua existência? De facto, do ponto de vista da neurologia nada aponta para essa “realidade colectiva das memórias”. Ainda assim, algumas experiências com animais, como as formigas, admitem a sua possibilidade, nesse plano biológico.²⁴ Contudo, não nos parece ser nesse plano biológico que devemos questionar a dimensão colectiva da memória. Na verdade, já Halbwachs postulava a “individualidade

²³ Veja-se Fernando Catroga, Fernando, ob. cit., p. 15.

²⁴ Veja-se o artigo de Raphaël Hitier, Florian Petit e Thomas Pret, “Memories of a Fly”, pp. 78 a 85.

irredutível dos actos anamnésicos”, entendidos de um ponto de vista epistémico, defendendo, posteriormente, uma “dimensão colectiva da memória”.²⁵ A questão que nos move será o discernir da efectiva “existência ontológica” dessa tal “dimensão colectiva da memória”. A mesma poderá constituir mera expressão das necessidades identitárias do todo social e resumir-se a uma efabulação holística e não a conteúdos mnésicos comuns a determinada sociedade ou grupo social.

Como já vimos, o acto anamnésico será sempre individual e subjectivo. No entanto, e como salienta Fernando Catroga, esse exercício de recordação não pressupõe o “eu” isolado do “outro”, num passado vazio, mas implica a “consciência da alteridade”, que também é fundada com a anamnese.²⁶ Portanto, a memória não poderá ser vista apenas na perspectiva da individualidade do “eu”, já que o relaciona com outros “eus” e o faz ter consciências destes.

Na realidade, as sociedades, as ideologias, os sistemas estruturais de organização social reflectem-se nos conteúdos mnésicos de todos nós, na medida em que nos identificamos, ou não, com tais realidades. Modelo paradigmático da “dimensão colectiva da memória” será a chamada “memória-nacional”. Essa dimensão da memória identifica determinados conteúdos memorativos com a realidade da nação e com uma inerente necessidade de preservação desta. Nessa perspectiva, o “estado-nação” será mais um usurpador da memória, usando e abusando desta consoante as suas necessidade de poder.²⁷ A existência de uma “memória colectiva” (ou de “memórias colectivas”) é a expressão clara dessas necessidades.

²⁵ Gérard Namer, “Préface”, em Maurice Halbwachs *La mémoire collective*, ed. crítica por Gérard Namer, Albin Michel, Paris, col. “Bibliothèque de l’Evolution de l’Humanité”, 1997, pp. 7 a 12.

²⁶ Fernando Catroga, ob. cit., pp. 16 a 20.

²⁷ Tzvetan Todorov, *Memória do Mal, Tentação do Bem — uma análise do século XX*, (traduzido a partir de *Memorie du Mal, Tentation du Bien*, Éditions Robert Laffont, 2000), Porto, Edições Asa, col. “Ensaio”, 2002, pp. 139 a 145.

3.2 História, Memória e Verdade

A cientificidade dos discursos historiográficos assenta no paradigma moderno da objectividade do conhecimento histórico. Contudo, já se provou que as relações entre sujeito e objecto implicam um grau de subjectividade que será inerente à própria concepção do conhecimento. Um “grau zero de subjectividade” só seria possível com a ausência do sujeito cognoscente e, dessa forma, o conhecimento seria impossível. Do ponto de vista da História, o problema da objectividade radica na realidade que se quer conhecer e prende-se não só com o sujeito epistémico (o historiador), mas também com o objecto epistémico (“o Homem”, ou melhor “o passado do Homem”)²⁸.

À margem destas questões, sugerimos uma outra, aquela que diferencia a História dos restantes discursos memorativos ou narrativos sobre o passado. Todo o discurso historiográfico é, mal ou bem, consciente ou inconscientemente, orientado pelo valor gnosiológico da Verdade. Para além das estruturas, dos sistemas, das sínteses, das hipóteses, do processo histórico, o que nos move na sendo do passado é busca da “realidade do acontecido”. O historiador não pode que fugir a esse ditame ético do seu labor. Não lhe interessa a mera especulação sobre o passado, mas a construção de uma “hipotética”, mas “verosímil realidade” que se esconde nos rastros dos homens e das mulheres de outrora.

Assumimos, aqui, uma postura clara, para nós, os “discursos da História” são expressão de duas realidades conceptuais. Por um lado,

²⁸ Veja-se sobre esses aspectos Jacques Le Goff, Jacques, “História”, em *Enciclopédia Einaudi*, dir. Ruggiero Romani, coord. da edição portuguesa Fernando Gil, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1, pp. 158 a 259, e Adam Schaff, *História e Verdade*, trad. de Maria Paula Duarte (a partir de *Geschichte und Wahrheit*), Lisboa Editorial Estampa, 2ª edição, col. “Nova História”, n.º 10, 1988. pp. 229 a 262

desse “valor da Verdade”, o qual perpassa, indelével, todo o processo de formação do conhecimento histórico. Por outro lado, resultam da Memória, porque à falta de um objecto epistémico, que não a abstracta “humanidade do passado”, será essa memória humana que, para a História, assume tal papel. Do labor historiográfico, que à luz da verdade constrói a partir da memória uma narrativa do passado humano, nascerá a “Memória Histórica”. Assim, a História poderá definir-se como uma relação epistémica entre Memória e Verdade. Concluímos, na linha de Paul Ricoeur, que, de ora em diante, a objectividade, exigida ao Historiador, não será apenas componente lógica, mas sim, sobretudo, componente ética do seu discurso²⁹.

3.3. Os “discursos do poder” e os “abusos da memória”: as teses de Todorov

Temos vindo a observar que os “discursos de poder” se apropriam da Memória e, por vezes, a recriam numa perspectiva de auto-afirmação e de justificação das suas políticas. De facto, não é só o “estado-nação” a forjar uma hipotética “memória nacional”, na qual irá fundar as suas bases identitárias. Todas as ideologias da modernidade recorrem a conteúdos mnésicos de modo a produzirem uma “noção de colectivo”, que se baseia nessas memórias comuns, mais ou menos, falsificadas. O passado é o elemento chave do “homem novo” que os totalitarismos pressupõem, seja ele o “proletário livre de grilhetas” ou o “ariano puro” do Terceiro Reich. Na verdade, se Primo Levi definiu o regime nazi como “uma luta constante contra a memória”, essa luta desembocou na criação de um “novo passado”, agora expurgado de tudo o que poderia constituir ameaça ao “Estado Total”³⁰. Mesmo o comunismo, na sua vertente

²⁹ Paul Ricoeur, *Historie et Verité*, Paris, Editions du Seuil, pp. 34; veja-se também Adam Schaff, ob. cit., pp. 231.

³⁰ Citado por Tzvetan Todorov, *Memória do Mal, Tentação do Bem*, pp. 139.

teórica, assenta no “fim escatológico dos tempos”, tido como o “ano zero” de um novo passado. Para Marx, a “história ainda não começou” e só terá início com o “fim da exploração do homem pelo homem” no advento da sociedade comunista.³¹ Desse modo, a memória assumir-se-ia como base identitária da “consciência de classe” e como “promessa futura de salvação”, muito à semelhança dos milenarismos medievais.

Os totalitarismos do século XX basearam-se nesses “abusos da memória”. Mas qual é para com a memória a atitude dos poderes democráticos? Na senda de respostas sobre os “conteúdos mnésicos” dos “discursos de poder” analisaremos, após uma síntese breve, as teses propostas pelo sociólogo Tzvetan Todorov³².

Para Todorov a Memória assume-se como “problema da relação do passado com o presente”.³³ Por isso, todos os “discursos de poder” desenvolvem para com ela uma atitude vigilante. Se os totalitarismos “controlavam a Memória”, forjando no passado as razões de ser da nova ordem social, as democracias evocam o “dever da memória”, idolatrando de tal modo o passado que se “esquecem de esquecer”. No entanto, memória é, também para Todorov, “processo interactivo entre a recordação e o esquecimento” e nunca o simples acumular de dados³⁴. Definindo assim Memória, o autor irá depois sustentar que esta “é a vida do passado no presente, ou seja a “memória humana” torna-se a expressão da existência ontológica do passado no presente. As democracias liberais não têm uma a atitude

³¹ Fernando Catroga, *Caminhos do Fim da História*, Coimbra, Ed. Quarteto, 2003, pp. 102 a 111.

³² Referimo-nos as teses relacionadas directamente com a Memória e os “discursos de Poder”, expressas nas obras já *Les Abus de la Mémoire* e *Memória do Mal, Tentação do Bem – Uma análise do século XX* para as quais remetemos ao longo do texto.

³³ Tzvetan Todorov, *Memória do Mal, Tentação do Bem*, p. 145

³⁴ Tzvetan Todorov, *Les abus de la mémoire*, Paris, Arléa, col. “Difusion le Seuil”, n.º 39F, 1995. p. 14.

clara para com o passado, obliteram o esquecimento e a superabundância de informação que proporcionam conduzirá a um apocalíptico “régne de l’oublié”³⁵. Os comemorativismo, de hoje em dia, constituirão, neste sentido, um passo para tal “reino do esquecimento”, já que ao “comemorarmos tudo” a memória deixa de o ser, por se eliminar a escolha voluntária do processo memorativo. Todorov chega a ironizar com esta situação, afirmando que os dias do calendário serão esgotados com tanta comemoração³⁶.

Para além disso, a Memória assume um papel estruturante de toda a actividade humana. Das chamadas “ciências da memória” (História e Geografia), passando pela Arte, às fundações da nossa noção de cultura, a Memória, enquanto elemento mediatizante do passado, está presente. Daí, que também seja elemento estrutural nos discursos de poder e simultaneamente uma “fonte” desse poder.³⁷

Todorov alerta-nos para o “papel da vítima” na sociedade contemporânea. A “vitimização social” seja por um passado de perseguições — tal como a dos judeus ou a dos ciganos — ou por actuais formas de discriminação, assume-se, segundo ele, como “forma de poder” ilegítima sobre a colectividade. Na verdade, para certos grupos sociais, a memória foi “memória de opressão”, daí nascem, não só sentimentos de “identidade colectiva”, como também a reivindicações de uma justiça que reponha o *statu quo ante*. Deste modo, nas sociedades hodiernas, “ser vítima” é factor social de poder, quer para os indivíduos, quer para os grupos sociais ostracizados³⁸.

³⁵ Idem, ibidem, p. 13.

³⁶ Idem, ibidem, p. 51.

³⁷ Idem, ibidem, pp. 17 a 22.

³⁸ Tzvetan Todorov, *Les abus de la Mémoire*, pp. 57 a 58

Dentro desta lógica perigosa fundaram-se noções tão incoerentes como a de “discriminação positiva” (será que no futuro ouviremos falara de “censura positiva”?).

Contudo para Todorov, o “dever da memória”, não é nem baseado nessa noção de justiça, nem no “culto bacoco” da “ritual comemoração” de um passado total. Esse dever está axiologicamente consagrado ao Bem. Memória e Esquecimento deverão ser expressão do passado no presente, evocada com o propósito final da Justiça. O trabalho do Historiador será dirigido não para a Verdade, mas para o Bem, o qual surge como “valor moral universal”.³⁹ Todorov aponta-nos uma clara fronteira ética que os discursos memorativos devem seguir, orientando a própria História sob o paradigma de uma Justiça eterna, que se transforma em justificação da “responsabilidade de recordar”⁴⁰.

Por mais que concordemos com esta noção de “dever da memória”, muito criada à custa do Holocausto e do Gulag, não podemos concordar com o “desvirtuar” do labor historiográfico. O discurso da História está, para nós, subordinado ao valor de Verdade. A “busca do passado” não pode submeter-se a quaisquer outras perspectivas axiológicas que não essa, sob pena de sairmos do campo da historiografia para caminhar nas “águas turvas” da ficção. Fazer da recordação um “dever moral de justiça” será, também, transformar o Historiador no “polícia da memória” e orientar a História para um novo fim, o qual, implicará, de forma ou de outra, o deturpar do passado. Desse modo, por melhores que fossem as nossas intenções cairíamos num “novo abuso da memória”. Só a Verdade poderá constituir limite ético dos discursos memorativos, sem os

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 50

⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 61; e Tzvetan Todorov, *Memória do Mal, Tentação do Bem*, pp. 246.

comprometer com um determinado objectivo, social, político ou qualquer outro. Por outro lado, para além do “dever da memória”, falemos antes no “dever do esquecimento”, como a fuga necessária para o presente. E será à luz desse presente que deveremos equacionar o lugar e o papel da Memória nas sociedades humanas.⁴¹ Porque esse Esquecimento é parte dialéctica essencial no processo anamnésico e caminho de regresso “do passado para o presente”. Deste modo, só encontrando o ponto de equilíbrio entre o “dever de memória” e a “necessidade de esquecer” evitaremos o, inelutável, “crepúsculo da memória na sociedade de informação”⁴².

⁴¹ Marc Augé, ob. cit., pp. 103 a 106.

⁴² Idem, *ibidem*.

Fontes e Bibliografia

Fontes dactiloscritas:

PINHO, Maria Salomé Ferreira Estima de Memória: *o problema do passado*, trabalho de síntese para as provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1991. [Texto Policopiado].

RESENDE, Mário L., *De que nos lembramos quando nos lembramos? — a fragilidade da memória em psicoterapia*, Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 2000. [Texto Policopiado].

Bibliografia:

ABDI, Hervé; FAYOL, Michel, “Desenvolvimento da Memória”, em *Dicionário de Psicologia*, trad. de Climepsi Editores (a partir de *Dictionnaire de Psychologie*), Lisboa, Climepsi Editores, 2001.

ADAMS, Jack A., *Human memory*, s/l, McGraw-Hill Book, 1967.

AUGÉ, Marc, *As formas do esquecimento*, trad. Ernesto Sampaio (a partir de *Lés formes de l'oublie*), Almada, Íman Edições, col. “Istmo – Ensaio”, 2001.

BORGES, Anselmo, *Morte, Pessoa e Transcendência*, sep. de *Da natureza ao sagrado, Homenagem a Francisco Vieira Jordão*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1999.

BORGES, Jorge Luís, “Funes ou a Memória”, em *Ficções*, trad. José Colaço Barreiros (a partir de *Ficciones*), Lisboa, Abril Controljornal/Edipress, col. “Biblioteca Visão”, n.º 13, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (coord.), *As Faces da Memória*, Campinas, Centro de Memória da Unicamp, col. “Seminários”, n.º 2, 1993(?).

CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, col. “Opúsculos”, n.º 1, 2001.

CATROGA, Fernando, *Caminhos do Fim da História*, Coimbra, Ed. Quarteto, 2003.

CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, trad. de M.ª Manuela Rocha (a partir de *How Societies Remember*, Cambridge University Press, 1989), rev. técnica José Manuel Sobral, Oeiras, Celta Editora, col. “O Passado no Presente”, 1993.

DAMÁSIO, António R., *O Erro de Descartes — Emoção, Razão e Cérebro Humano*, trad. de Manuel Cordeiro, Lucinda M.ª Santos, Georgina Segurado e Dora Vicente (a partir de *Descartes's Error – Emotion, Reason and Human Brain*), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris, *Memória social — novas perspectivas sobre o passado*, trad. Telma Costa (a partir de *Social memory*), Lisboa, Editorial Teorema, col. “Teorema - Série especial”, n.º 10, 1994.

FUKUYAMA, Francis, *O Fim da História e o Último Homem*, trad. de Maria Goês (a partir de *The End of History and the Last Man*), rev. científica de Pedro Alves, Lisboa, Gradiva Publicações L.da, 2ª edição, 1999.

GUYAU, M., *La genèse de l'idée de temps*, introd. Alfred Fouillé, Parsi, Félix Alcan Editeur, col. “Bibliothèque de Philosophie Contemporaine”, 2.ª ed., 1902.

HALBWACHS, Maurice, *La mémoire collective*, ed. crítica por Gérard Namer, Albin Michel, Paris, col. “Bibliothèque de l'Evolution de l'Humanité”, 1997.

HALBWACHS, Maurice, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France (PUF), col. “Bibliothèque de Philosophie Contemporaine – fondée par Félix Alcan”, 1952.

HITIER, Raphaël; PETIT, Florian; PRET, Thomas, “Memories of a Fly”, em *Scientific American – Mind*, special edition, New York, vol. 14, n.º 1, New York, 2001, pp. 78 a 85.

JORDÃO, Francisco Vieira, “Memória”, em *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1999, vol. 3, pp. 785 a 795.

KANDEL, Eric R.; SQUIRE, Larry R., *Memória: da mente às moléculas*, trad. Digitrad (a partir de *Memory, from mind to molecules*), Porto, Porto Editora, col. “Biblioteca científica”, 2002.

LE GOFF, Jacques, “História”, em *Enciclopédia Einaudi*, dir. Ruggiero Romani, coord. da edição portuguesa Fernando Gil, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1, pp. 158 a 259.

LE GOFF, Jacques, “Memória”, em *Enciclopédia Einaudi*, dir. Ruggiero Romani, coord. da edição portuguesa Fernando Gil, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol.1, pp. 11 a 52.

LEROI-GOURHAN, André, *Le geste et la parole*, 2 vols., Paris, Albin Michel, 1974.

LURIA, Aleskander Romanovich, *O Caso do Homem que Memorizava Tudo — um pequeno livro sobre uma grande memória*, trad. de João Vilhena (a partir de *The Mind of a Mnemonist*, 1968), Lisboa, Relógio de Água Editores, col. “Relatos Clínicos”, n.º 2, 2003.

PEREIRA, Miguel Baptista, “Filosofia e memória nos caminhos do milénio”, em *Revista Filosófica de Coimbra*, n.º 16, Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 181 a 252.

PINTO, Amâncio da Costa, *Temas de memória humana*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1992.

POMIAN, KRZYSZTOF, “Temporalidade Histórica/Tempo”, *A Nova História*, direcção de Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Rével, trad. de M.ª Helena

Arinto e de Rosa Esteves (a partir de *La Nouvelle Historie*, Paris, Rezt, C.E.P.L., 1968), Coimbra, Livraria Almedina, 1990, pp. 580 a 582.

RICOEUR, Paul, *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*, trad. de Gabriel Aranzueque, presentación de Ángel Gabilondo, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid & Arrecife Producciones, col. "PuntoCero"; n.º E-2, 1998.

RICOEUR, Paul Ricouer, *Historie et Verité*, Paris, Editions du Seuil, 3.ª edition, 1964.

ROSS, Michael; WILSON Anne E., "Constructing and appraising past selves", em *Memory, Brain, and Belief*, Cambridge (Massachusetts) Harvard University Press, 2000, pp. 231 a 258.

SCHAFF, Adam, *História e Verdade*, trad. de Maria Paula Duarte (a partir de *Geschichte und Wahrheit*), Lisboa Editorial Estampa, 2ª edição, col. "Nova História", n.º 10, 1988.

SCARRY Elaine; SCHACTER Daniel L., (ed.), *Memory, Brain, and Belief*, Cambridge (Massachusetts), Harvard University Press, 2000.

SCHACTER, Daniel L., *The seven sins of memory: how the mind forgets and remembers*, Boston, Houghton Mifflin Company, 2001.

TODOROV, Tzvetan, *Les abus de la mémoire*, Paris, Arléa, col. "Difusion le Seuil", n.º 39F, 1995.

TODOROV, Tzvetan, *Memória do Mal, Tentação do Bem — uma análise do século XX*, (traduzido a partir de *Memorie du Mal, Tentation du Bien*, Éditions Robert Laffont, 2000), Porto, Edições Asa, col. "Ensaio", 2002.